

## POLÍTICAS DE IDENTIDADE NO JORNALISMO BRASILEIRO: ASPECTOS SEMÂNTICOS GLOBAIS PARA UMA ANÁLISE DE TRADUÇÃO DISCURSIVA<sup>1</sup>

Nara Lya Cabral SCABIN (USP E UAM)<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho propõe discutir aspectos teóricos e metodológicos para a análise discursiva da cobertura de jornais brasileiros sobre a emergência dos debates em torno de políticas identitárias no país nos últimos anos. O foco da pesquisa a que se vincula este artigo é identificar como os jornais compreendem, representam e traduzem os discursos políticos que refletem um deslocamento epistemológico fundamental da contemporaneidade: a emergência de um “novo imaginário político” (FRASER, 2006), em que o fator identitário constitui elemento decisivo de mobilização. Do ponto de vista teórico-metodológico, filiamo-nos à visada arqueológica de Michel Foucault (2008) e à proposição de uma semântica global dos discursos por Dominique Maingueneau (2008).

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Políticas de identidade; Jornalismo.

**Abstract:** This paper seeks to discuss theoretical and methodological topics for discursive analysis of Brazilian newspapers coverage on the emergence of debates about identity policies in the country in recent years. The focus of the research to which this paper is linked is to identify how newspapers understand, represent and translate political discourses that reflect a fundamental epistemological shift of contemporaneity: the emergence of a “new political imaginary” (FRASER, 2006), in which the identity factor is a decisive element of mobilization. From the theoretical-methodological point of view, we base on the archaeological approach proposed by Michel Foucault (2008) and the proposition of a global semantics of discourses by Dominique Maingueneau (2008).

**Keywords:** Discourse analysis; Identity policies; Journalism.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir fundamentos teórico-metodológicos de pesquisa de Doutorado atualmente em curso junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mayra Rodrigues Gomes e com bolsa CAPES. No referido projeto, buscamos traçar uma genealogia dos discursos que engendram um “novo imaginário político” (FRASER, 2006) na contemporaneidade, entendido a partir da emergência de disputas identitárias, sobretudo em seus desdobramentos em embates em torno de padrões representacionais, com destaque àqueles ligados a controvérsias em

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, sob orientação da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, com bolsa CAPES. Possui Mestrado em Comunicação pela mesma instituição. É professora da Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e integrante do Grupo de Pesquisa MidiAto.  
E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br.

torno do papel da linguagem e das palavras. Elegemos como foco de atenção as disputas identitárias que emergem nas representações construídas do debate público por jornais brasileiros de referência, de circulação nacional e expressiva tiragem.

Com as transformações sociais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, principalmente com a implementação da política neoliberal, surge e ganha destaque na cena pública a forma de mobilização em organizações não-governamentais. É possível observar relações significativas entre muitas das ações dessas novas formas de mobilização social e posicionamentos alinhados aos ideais do multiculturalismo (HALL, 1994). Destacam-se a organização de grupos organizados de mulheres, grupos ligados à defesa de direitos dos homossexuais e movimentos negros, que se voltam à construção de identidade, engajando-se na luta contra a discriminação (GOHN, 2013).

Nesse contexto complexo de reestruturação das relações de produção, marcado pela emergência do capitalismo financeiro, é que disputas identitárias – como as ligadas ao debate em torno do *empoderamento* de minorias sociais e às polêmicas em torno do chamado “politicamente correto” – adquirem visibilidade no Brasil. As discussões sobre tais temáticas ilustram um quadro mais amplo de rearticulações nos modos de fazer político tradicionais. Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo nesse cenário, que devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 23).

Considerando esse contexto como pano de fundo e a problemática em foco na pesquisa a que se vincula este artigo, buscamos, nas próximas páginas: a) apresentar, sobretudo a partir de Fraser (2006), aspectos teóricos da ruptura epistemológica que possibilitou a emergência, na contemporaneidade, de um *novo imaginário político* e a relevância adquirida pelas discussões em torno de políticas de identidade no debate público; b) abordar o papel do jornalismo enquanto *dispositivo disciplinar*, concepção que nos permite destacar o papel da imprensa na fixação de discursos e visões de mundo; c) discutir as formulações de Dominique Maingueneau (2008) a propósito da interdiscursividade e suas proposições metodológicas para a Análise do Discurso em torno da noção de *semântica global*, referências fundamentais ao cotejamento de enunciados jornalísticos na pesquisa em foco; d) finalmente, refletir sobre a noção de

*tradução* em termos discursivos, a partir da qual se torna possível traçar algumas hipóteses centrais à investigação proposta.

## EMERGÊNCIA DE UM NOVO IMAGINÁRIO POLÍTICO

Segundo Axel Honneth e Nancy Fraser, as lutas por justiça social, na contemporaneidade, não possuem mais, como fundamento central, reivindicações pela distribuição mais igualitária das riquezas, mas sim, demandas de reconhecimento da diversidade (FRASER; HONNETH, 2006). Nesse contexto, em lugar da legitimidade dos partidos políticos, assiste-se à entrada em cena da luta pelo reconhecimento de demandas ligadas a fatores identitários e atreladas, muitas vezes, a disputas em torno de padrões linguísticos e discursivos.

A compreensão de tais deslocamentos na paisagem política pede um olhar mais acurado acerca dos pressupostos teóricos que sustentam as reivindicações associadas àquilo a que tanto Honneth quanto Fraser se referem como *reconhecimento*. Como assinala a pesquisadora Nathalie Bressiani (2011), diversos autores, inclusive no Brasil, têm se mobilizado em torno das discussões filosóficas sobre a questão do reconhecimento; mais especificamente, controvérsias se instauram a partir do debate entre Honneth e Fraser, que se trava em torno da indagação sobre se é possível compreender o conjunto de injustiças existentes a partir do conceito de reconhecimento (posição defendida por Honneth) ou se é preciso recorrer, para isso, ao par conceitual redistribuição e reconhecimento (posição sustentada por Fraser).

Não obstante a grande diversidade de autores e textos publicados em torno desse debate, a principal referência para aqueles que buscam marcar sua posição diante da indagação sobre a necessidade, para realização da justiça, de reconhecimento, redistribuição ou ambos é a coletânea de artigos de Honneth e Fraser reunidos sob o título *Redistribuição ou Reconhecimento? Uma controvérsia político-filosófica* em 2003. Cabe notar, porém, que a discussão sobre justiça social nesses termos já havia sido colocada por Fraser, oito anos antes, em artigo intitulado *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista* (BRESSIANI, 2011).

A autora, como assinala Bressiani (2011, p. 331), diagnostica a existência de uma “polarização entre aqueles que veem na redistribuição de recursos e riquezas a solução para o conjunto de injustiças hoje existentes e aqueles que veem exclusivamente

na obtenção do reconhecimento social essa mesma solução”. Essa polarização estaria ainda se encaminhando no sentido da substituição da preocupação majoritária com a redistribuição material por demandas em prol do reconhecimento das diferenças.

A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (FRASER, 2006, p. 231).

Nesse cenário, com o fim da União Soviética e o desmantelamento da experiência do socialismo real, ao lado da globalização, Fraser identifica uma crescente despolitização da economia e uma politização das diferenças culturais e étnicas, tendência central aos chamados “novos movimentos sociais”. Com isso, “a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito” (BRESSIANI, 2011, p. 332). É importante assinalar também que Fraser ressalta que essa tendência não resulta, como poderia parecer a um primeiro olhar desavisado, de uma redução objetiva das desigualdades econômicas ao redor do globo:

Lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer; e também, mais cruamente, de ingestão calórica e exposição à contaminação ambiental; portanto, de expectativa de vida e de taxas de morbidade e mortalidade. A desigualdade material está em alta na maioria dos países do mundo – nos EUA e na China, na Suécia e na Índia, na Rússia e no Brasil. Ela também aumenta globalmente, de modo mais dramático, do outro lado da linha que divide norte e sul (FRASER, 2006, p. 231).

A polêmica aberta por Fraser em relação a Honneth deve-se, justamente, à crítica feita pela autora em relação à polarização por ela apontada e à dissociação, na esfera acadêmica e na esfera política, entre duas visões distintas acerca do que seria necessário para alcançar a justiça social: de um lado, os que enxergam em fatores econômicos a causa última de todas as injustiças e, portanto, apontam a redistribuição como único caminho para solucioná-las; de outro, os que entendem as injustiças existentes como resultantes de “padrões hierárquicos de valoração cultural”, propondo, então, o igual reconhecimento de todos em sua diversidade (BRESSIANI, 2011, p. 332). Dentre os autores situados na segunda posição, Fraser cita, entre outros nomes, Charles Taylor e Axel Honneth, representantes da chamada *teoria do reconhecimento*.

Em sua leitura acerca de tal abordagem teórica, Fraser aponta que a perspectiva sustentada por Honneth é uma das principais representantes das teorias culturalistas, as quais identificam em fatores culturais a origem de todas as injustiças sociais. Assim, para a autora, a teoria de Honneth é expressão “do deslocamento da centralidade antes atribuída ao paradigma distributivo de justiça para a de um paradigma em cujo centro estariam questões relativas à identidade e à diferença” (BRESSIANI, 2011, p. 334) <sup>3</sup>.

Apesar da relevância da controvérsia entre Fraser e Honneth para a filosofia política e a teoria social, o que nos interessa centralmente, neste momento, é destacar as considerações de Fraser a respeito da emergência de um “novo imaginário político”, aspecto fundamental à investigação que propomos na pesquisa de que nasce este artigo em torno da emergência de disputas identitárias como eixo central da ação política na atualidade. Frente ao diagnóstico de que a primazia das demandas por reconhecimento na esfera acadêmica e no debate político se dá em um contexto marcado por profundas desigualdades na distribuição de recursos, a autora se questiona como devemos entender a crise do imaginário socialista, articulado em torno das noções de *exploração* e *redistribuição*, e sua substituição por um imaginário político que se constrói a partir de ideias-chave como *identidade*, *diferença* e *dominação cultural*.

Para avançar nessa discussão, é preciso distinguir duas maneiras de se entender a injustiça – as quais Fraser (2006) diferencia analiticamente, embora afirme ser impossível dissociá-las nas dinâmicas sociais. A primeira diz respeito à injustiça econômica, fundamentada na estrutura econômico-política da sociedade; a segunda compreensão remete à injustiça cultural ou simbólica, fundamentada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

---

<sup>3</sup> Como apontado por Nathalie Bressiani, “Em sua primeira resposta à crítica de Fraser, Honneth procura mostrar que o dualismo de Fraser poderia ser abarcado pelo monismo proposto por ele, na medida em que tanto os movimentos sociais por redistribuição quanto os por reconhecimento se originam do sentimento de desrespeito e poderiam ser, portanto, reconstruídos como lutas por reconhecimento (BRESSIANI, 2011, p. 334). Para o autor, sua teoria não está preocupada com os tipos de injustiça, mas sim, com a origem dos conflitos sociais – sejam eles articulados em torno de demandas culturais ou econômicas –, a qual estaria vinculada, por sua vez, ao sentimento de negação de reconhecimento experimentado pelos atores sociais. Fraser, por sua vez, defende que a resposta oferecida por Honneth, além de não responder às questões por ela colocadas, revela-se insuficiente por priorizar a experiência subjetiva do não-reconhecimento, ou seja: “[...] toma o sentimento de desrespeito como o indicador da presença de patologias, sem, contudo, apontar para suas causas sociais, que precisariam ser devidamente identificadas para que ele pudesse elaborar uma teoria do poder apta a diagnosticar as relações de dominação presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas” (BRESSIANI, 2011, p. 336)

Seus exemplos [da injustiça cultural ou simbólica] incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana) (FRASER, 2006, p. 232).

Fraser (2006) refere-se às medidas – muito diversificadas entre si – que buscam sanar a injustiça econômica como medidas de *redistribuição*; às medidas que procuram remediar a injustiça cultural ou simbólica – que podem incluir a revalorização das identidades culturais subjugadas e dos produtos culturais dos grupos difamados, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural, transformações abrangentes nos padrões de representação, interpretação e comunicação etc. –, a autora refere-se pela denominação genérica de “reconhecimento”. Enquanto lutas pela redistribuição buscam promover a “desdiferenciação” de grupos privilegiados, lutas pelo reconhecimento caracterizam-se por buscar chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras da autora, criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Em outros termos, as lutas pelo reconhecimento tendem a promover a *diferenciação* de determinados grupos.

O resultado é que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter com frequência objetivos mutuamente contraditórios. Enquanto a primeira tende a promover a diferenciação do grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. Desse modo, os dois tipos de luta estão em tensão; um pode interferir no outro, ou mesmo agir contra o outro (FRASER, 2006, p. 233).

A autora acrescenta ainda que existem diferentes “tipos” de coletividade, que sofrem formas diversas de injustiça e, portanto, necessitam de soluções distintas. Ela aponta, por exemplo, a existência de “tipos ideais” que encarnam apenas um tipo de injustiça: por um lado, há o tipo ideal da “classe trabalhadora explorada”, que representa injustiças distributivas que pedem soluções redistributivas; por outro, há o tipo ideal da “sexualidade desprezada”, que representa injustiças de discriminação negativas que necessitam de soluções de reconhecimento. Ao mesmo tempo, quando nos afastamos das “extremidades” do espectro conceitual, deparamo-nos com “tipos híbridos”, que combinam os dois tipos de injustiça. Essas “coletividades bivalentes” são

[...] diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que remontam simultaneamente à economia política e à cultura. Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças

seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, p. 233).

Como exemplos paradigmáticos de coletividades bivalentes, a autora cita as categorias de *gênero* e *raça*: em ambos os casos, há dimensões de injustiça econômica, pois se trata de categorizações estruturantes da economia política, ligadas à divisão social do trabalho; ao mesmo tempo, porém, as duas categorias encarnam elementos culturais valorativos, notadamente, o *androcentrismo*, no caso de gênero, e o *eurocentrismo*, no caso de raça.

Em ambos os casos, Fraser (2006) aponta a emergência de propostas e demandas distintas, que reforçam o dilema redistribuição-reconhecimento. Por um lado, no caso de gênero, soluções voltadas a sanar a injustiça político-econômica materializam-se em propostas – poderíamos dizer *discursos* – que buscam o fim da diferenciação entre homens e mulheres que sustenta a divisão entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo não-remunerado (trabalho doméstico) e, internamente ao trabalho remunerado, as ocupações de remuneração mais alta e aquelas de remuneração mais baixa. A mesma estrutura se aplica aos discursos em prol da redistribuição que emergem nas discussões a propósito de raça: demandas preocupadas com a dimensão político-econômica da injustiça reclamam o fim da divisão racial do trabalho entendido como parte do legado histórico do colonialismo e da escravidão.

Em contrapartida, discursos filiados à perspectiva do reconhecimento exigem, no caso da desigualdade de gênero, políticas que se voltem à mudança dos valores culturais que privilegiam a masculinidade e negam o respeito às mulheres; no caso da injustiça racial, demandam políticas de combate à desqualificação generalizada dos elementos, imagens e práticas associadas a grupos étnicos que fogem ao padrão valorizado pelo eurocentrismo, em especial, àqueles associados à negritude, como representações estereotipadas e humilhantes nas mídias, por exemplo (FRASER, 2006).

Cabe, finalmente, observar que a discussão aberta por Fraser (2006) constitui importante ponto de partida ao estudo discursivo proposto na pesquisa a que se refere o presente artigo. Isso porque o principal objetivo de nossas investigações é realizar um mapeamento dos discursos que se assentam em torno desse “novo imaginário político” de que trata Fraser. Cabe indagar se, na tradução e no recorte do debate público

construídos pelos jornais brasileiros, esse novo imaginário torna-se evidente e, se sim, de que maneira isso ocorre. Esse questionamento permite-nos responder tanto sobre a constituição discursiva do debate público no País em torno das rearticulações da paisagem política experimentadas mundialmente na contemporaneidade, quanto sobre os posicionamentos assumidos especificamente pelos veículos considerados.

## JORNALISMO COMO DISPOSITIVO DISCIPLINAR

A partir da consideração do deslocamento epistemológico contemporâneo que propomos perseguir no projeto de que trata este trabalho, uma questão teórica adicional coloca-se de modo decisivo: o papel do jornalismo enquanto dispositivo disciplinar, atuante na dispersão de palavras de *ordem*. Como aponta Gomes (2008), é a perspectiva da *ordem* que possibilita a compreensão das implicações das estratificações – ou formações discursivas – que compõem uma cultura.

Com base nessa notação, torna-se possível compreender a ponte que propomos entre os discursos que emergem a propósito de disputas identitárias na paisagem política contemporânea – nossa problemática de fundo – e a atuação dos veículos de imprensa – nosso universo de observação. Nas palavras de Gomes: “Desde um simples termo até o conjunto de uma visada de mundo, temos sempre uma organização e um modo de ver o mundo, modo que está relacionado às ações a serem assumidas e a uma administração do campo social” (GOMES, 2008, p. 51).

Com base nessa observação, decorre a consideração de que, quando falamos em “políticas de identidade”, referimo-nos a uma percepção, politicamente engajada, acerca do papel da linguagem e do discurso em organizar a vida em sociedade; no limite, ações que reivindicam novas políticas da identidade almejam, como objetivo final, a obtenção de nuances novas – alternativas ou contra hegemônicas, poder-se-ia dizer – nos modos de administração do campo social.

Em um segundo sentido, a observação de Gomes (2008) aponta-nos também o papel desempenhado pelo jornalismo na construção de desenhos de mundo e, por conseguinte, no oferecimento de modos possíveis de se viver e, no limite, na ordenação da vida social. Essa atuação fica evidente quando consideramos, por exemplo, as escolhas vocabulares operadas pelos jornais – lembrando, com Maingueneau (2008),



que as palavras possuem interesse para a Análise do Discurso enquanto pontos de cristalização semântica dos discursos – e sua atuação na dispersão de palavras de ordem regulando condutas e práticas – ou seja, na dispersão de *palavras de ordem*.

É isso que faz do jornalismo, como aponta Gomes, um dispositivo disciplinar: “É assim que o jornalismo, ao atuar como repassador de informações/palavras de ordem, se constitui como dispositivo disciplinar [...] O efeito total da ordem é a constituição de um chão, de um território ou de uma rede simbólica/imaginária” (GOMES, 2008, p. 52).

Essa função das palavras e dos discursos fica particularmente clara se observamos, no caso de nosso objeto de estudo, que políticas de identidade contemporâneas trazem à tona um vocabulário próprio: *empoderamento, lugar de fala* etc. Paralelamente, assistimos à emergência de um vocabulário característico de contextos neoliberais, frequente em ambientes empresariais, que se relaciona tanto à administração do indivíduo como unidade produtiva, inclusive em suas dimensões corpóreas ou biológicas, instando-o à gestão de si mesmo, quanto ao deslocamento das relações do mundo do trabalho que vigoraram durante o século XX.

Segundo Gomes (2008), uma rede simbólica/imaginária atua instituindo ordem porque produz coalizões entre indivíduos em torno de determinada visão de mundo e modo de vida. Nesse sentido, a rede atua como espaço de construção de subjetividade, mediante reforço constante e modelagem dos indivíduos a determinadas coordenadas. O aprendizado dos indivíduos na rede e para a rede – aprendizado por meio do qual se produzem os sujeitos sociais – supõe a repetição dos modos de ver/vivenciar o mundo aí implicados. A partir dessa repetição é que a rede se autonomiza e é internalizada pelos sujeitos, fatores que explicam o fato de vivermos em uma rede imaginária e não a percebermos como tal.

A redundância como frequência, que pode ser considerada como rebatimento sobre um campo, está, naturalmente, ligada a uma rede específica e envolve sempre uma educação, adaptação ou modelagem para tal [...] Desde o menor isolamento de campo à macrocolocação de um discurso ideológico, temos, intrinsecamente, ordem. A autonomia da rede está implícita nesta ordenação e na formação sistêmica que lhe acompanha [grifos da autora] (GOMES, 2008, p. 54).

## SEMÂNTICA GLOBAL DO DISCURSO

Na pesquisa de que trata este trabalho, extraímos nossa principal referência teórico-metodológica das proposições de Dominique Maingueneau, pensador filiada à Análise do Discurso cujas ideias seguem a esteira do pensamento de Foucault, sobre o que ele denomina como *semântica global do discurso*. Para Maingueneau (2008), todo discurso possui um modo de organização que o caracteriza, que se manifesta tanto nas estruturas discursivas profundas quanto na superfície textual e que determina sua identidade. Essa semântica própria de cada discurso é, nesse sentido, global, posto que pode ser apreendida tanto em seus mais variados níveis: sintático, semântico, lexical etc.

Como aponta Maingueneau (2008), para compreendermos a semântica global de um discurso, devemos perseguir os seus *semas*, que correspondem a princípios básicos de cristalização do sentido em um discurso e que se desdobram como dissemos, nos seus vários véis de organização. Ora, um sema, em análise de discurso, só pode ser apreendido, em sua positividade, por meio de sua repetição: repetição essa que instaura a ordem de um dado discurso. Nesse sentido, torna-se clara a atuação dos discursos enquanto elementos de fixação das redes simbólico-imaginárias.

A partir do desenho geral de sua semântica global, o autor propõe, como caminho à análise discursiva, a identificação do que denomina como *isomorfismo* (MAINGUENEAU, 2005). A partir das investigações traçadas pelo autor, entendemos a análise dos isomorfismos como meio para se compreender como e por que determinados discursos se tornam dominantes em determinado momento histórico. Nesse sentido, é preciso que olhemos as produções discursivas sem excluir-lhes as ligações sócio-históricas, mas também sem anular as singularidades de cada tipo de estrutura textual, ou seja, sem que se focalize apenas seu conteúdo ideológico.

Com base em tal conceituação de discurso, Maingueneau formula sua hipótese sobre o *primado do interdiscurso*: a heterogeneidade, para o autor, é constitutiva do discurso e vincula, de modo inseparável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Nessa perspectiva, os discursos não nascem de maneira independente e não se trata de serem colocados por circunstâncias variáveis posteriormente em relação; ao contrário, os discursos já nascem em relação com os outros – ou, de modo mais específico, com o seu Outro. É da *alteridade* que o discurso extrai sua *identidade*. A propor tal formulação, o

autor dialoga com diversas correntes das ciências humanas que colocam em cena a questão da relação entre diversos textos ou discursos – o que não se daria ao acaso:

[Essa convergência] Tem lugar no conjunto da problemática da enunciação e dá testemunho de um desses impulsos que atravessam todo um campo de pesquisas durante certo número de anos. Mesmo que seja mais do que duvidoso que entre o “Outro” da psicanálise lacaniana, por exemplo, e os “Outros” das teorias da enunciação, da ideologia ou do discurso existam pontos de coincidência precisos e interessantes, essas formulações aparentemente próximas quanto ao caráter “polifônico” da fala ou do descentramento do sujeito de enunciação contribuem para suscitar uma espécie de unanimidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 32).

Seria equivocado, portanto, considerar o Outro como algo externo ao discurso, “um fragmento localizável, uma citação”; em lugar disso, é preciso encará-lo como estando “presente na raiz de um mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum possível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma”, pois constitui “aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

É preciso, por tudo isso, observar que a gênese discursiva como descrita por Maingueneau permite ao analista empreender um olhar que focalize mais do que rupturas e discontinuidades, já que o discurso “segundo” não faz desaparecer imediatamente o discurso “primeiro”, e não raro não o faz desaparecer de todo. Temos, portanto, um período de coexistência entre discursos, de duração variável e marcado por conflitos mais ou menos abertos.

O espaço discursivo tem então um duplo estatuto: pode-se apreendê-lo como um modelo dissimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, mas também como um modelo simétrico de interação conflituosa entre dois discursos para os quais o outro representa totalmente ou em parte o seu Outro. É esse último aspecto, o de um processo de dupla tradução, que vai nos interessar essencialmente (MAINGUENEAU, 2008, p. 40).

## À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de amarrar as rápidas considerações apresentadas neste trabalho, propomos uma ainda mais breve reflexão sobre a questão da *tradução discursiva*. Estudando a interação entre discursos de um mesmo espaço discursivo, Maingueneau (2008) aponta a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas como derivada de um processo de *interincompreensão* generalizada, definida pela rede de interação semântica do espaço em questão.

Essa concepção nos é fundamental, na medida em que permite afirmar não haver dissociação entre o fato de um enunciador produzir enunciados de acordo com as regras da formação discursiva em que se situa e sua impossibilidade de compreender os enunciados de seu Outro: trata-se, ao contrário, das duas faces de um único fenômeno. Isso ocorre porque, segundo a semântica global descrita pelo autor, cada discurso é delimitado por uma grade semântica que funda o “desentendimento recíproco”: “cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas ‘negativos’, rejeitados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 99).

Uma vez que “a cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema”, a noção de “tradução” em Maingueneau diz respeito à “passagem de uma interpretação a outra, sem tocar na estabilidade do significante linguístico”, fenômeno ligado “à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2008, pp. 100-101). Essa noção de tradução – a partir da qual se pode inferir que o Mesmo só pode falar do Outro por meio de seu *simulacro*, como diz o autor – é iluminadora para pensarmos, neste trabalho, a relação estabelecida pelo discurso midiático com os discursos políticos que busca traduzir.

A problemática que se coloca diz respeito à impossibilidade de, pela análise de enunciados midiáticos, ler os discursos políticos tal qual foram enunciados, já que estaremos diante de uma sempre irreversível tradução. Ao mesmo tempo, porém, não se pode desconsiderar que o discurso midiático, ao refletir – ainda que de modo “deformante” – algo dos discursos políticos, dão testemunho da existência destes, que se revelam como presença subvertida em enunciados jornalísticos.

Como já buscamos apontar, estamos interessados em compreender como os enunciados jornalísticos representam ou traduzem os discursos políticos ligados à constituição de uma nova subjetividade vinculada à emergência do fator identitário como elemento central de mobilização. Interessa-nos analisar, nesse sentido, o componente de tradução dessa relação – ou, em outros termos, a interdiscursividade que se constrói entre os campos midiático e político a propósito da temática em foco.

Se seguimos fielmente a nomenclatura apresentada por Maingueneau (2008), o mais adequado seria propormos o termo *transdiscursividade* para referirmo-nos à relação entre diferentes campos discursivos, já que o conceito de *interdiscursividade* é empregado pelo autor prioritariamente para referir-se à relação entre discursos em um mesmo espaço discursivo. Por meio dessa abordagem, esperamos encontrar índices da presença do discurso traduzido, mas buscamos sobretudo mapear as restrições que regem as traduções construídas pelo discurso midiático, indicativas das formações discursivas que alimentam o campo jornalístico.

Em um sentido mais amplo, como que reduzindo o *zoom* com que focalizamos os fenômenos discursivos, propomos também desdobrar o olhar acerca da relação entre campos político e midiático de modo a tomá-los, ambos, como discursos que se relacionam em um recorte mais abrangente. Em outras palavras, os discursos político e midiático em foco podem ser tomados como integrantes de formações discursivas concorrentes que se relacionam no interior da esfera pública.

Em uma relação de interdiscursividade como a descrita por Maingueneau (2008) em relação ao espaço discursivo, o discurso político das disputas identitárias da contemporaneidade e o discurso jornalístico dito hegemônico ou tradicional concorrem em um mesmo espaço discursivo, circunscrito no interior de um campo político *lato sensu*, isto é, de um campo em que se debatem e definem, institucionalmente, as regras que ditam a vida pública em uma sociedade. Tanto o discurso midiático, quanto o político *stricto sensu*, participam desse campo.

Nesse sentido, podemos entender o discurso político que tem no fator identitário seu elemento principal de mobilização como ligado a uma formação discursiva<sup>4</sup> marcadamente pós-moderna. Já o discurso jornalístico tradicional liga-se a uma formação discursiva que pode ser considerada tipicamente moderna. Em suma, investigar como o jornalismo traduz uma formação discursiva tipicamente pós-moderna é um caminho para compreender os valores e imaginários que alimentam não apenas sua compreensão sobre si mesmo, como também sua compreensão sobre a vida pública.

---

<sup>4</sup> Aqui, ao falarmos sobre “formação discursiva”, referimo-nos preferencialmente ao conceito de Foucault do que ao de Maingueneau, já que, para o primeiro, trata-se de um conjunto de discursos constituídos segundo sistema semelhante de dispersão.

## REFERÊNCIAS

BRESSIANI, Nathalie. “Redistribuição e reconhecimento – Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, pp. 331-352, Mai./Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n62/a07v24n62.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 2008.

FRASER, N. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 28 Abr. 2018.

FRASER, NANCY; HONNETH, AXEL. **¿Redistribución o reconocimiento?**. Madrid: Morata, 2006.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo**. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

HALL, S. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (ed.). **The war of the words: the political correctness debate**. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ramwan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em 28 Abr. 2018.

\_\_\_\_\_. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. **Educação & Realidade**, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufgrs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 28 Abr. 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.